REDE CIDADÃ.

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2023

REDE CIDADÃ

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Diretores e Conselheiros da
Rede Cidadã.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rede Cidadã ("Associação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Cidadã em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à entidade sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1), complementadas pela NBC TG 1000 (R1) e certas políticas contábeis específicas que são requeridas para melhor entendimento e uso das informações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuáriostomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevanteresultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2024.

Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC MG-94.028/O-3 “S” MG

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.001/O-0

Rede Cidadã

Balanço patrimonial levantado em
31 de dezembro de 2023
(Valores em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.335.468	24.021.305
Recursos a receber	5	5.168.289	4.478.538
Adiantamentos	6	75.508	300.838
Despesas antecipadas	7	262.962	260.678
Total do ativo circulante		**51.842.227**	**29.061.359**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	11 e 15	8.329	14.503.589
Investimento		3.135	3.135
Imobilizado	8	7.904.819	3.153.843
Intangível	9	123.551	125.218
Total do ativo não circulante		**8.039.834**	**17.785.785**
Total do ativo		**59.882.061**	**46.847.144**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	802.183	1.313.668
Empréstimos e financiamentos		18.582	12.256
Obrigações trabalhistas	11	2.938.839	2.668.416
Obrigações tributárias		151.144	82.393
Adiantamentos	12	597.460	-
Recursos de projetos em execução	13	18.165.175	4.609.977
Repasses a realizar	14	76.295	-
Outras obrigações		13.638	5.513
Total do passivo circulante		**22.763.316**	**8.692.223**
Não circulante			
Obrigações trabalhistas	11	-	8.238.917
Provisão para contingências	15	259.762	25.000
Total do passivo não circulante		**259.762**	**8.263.917**
Patrimônio líquido	16		
Patrimônio social		29.891.004	29.074.243
Superávit do exercício		6.967.979	816.761
Total do patrimônio líquido		**36.858.983**	**29.891.004**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**59.882.061**	**46.847.144**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ângela de Alvarenga Batista Barros
Presidente

MP Organização Contábil - CRCMG 5444/O
Pedro Alberto de Souza - CRCMG 032.234/O-0

Rede Cidadã

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais			
Com restrição		**9.483.765**	**11.643.320**
Atividade de assistência social		**2.435.246**	**597.721**
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis		**2.435.246**	**597.721**
Contratos e Parcerias Públicas - Programa Socioaprendizagem			
Repasse garantia direitos aprendizes (remuneração, encargos e benefícios)	**20 (a)**	1.945.987	589.696
Gestão Socioeducacional, Profissionalizante, Trabalhista e de Benefícios	**20 (b)**	354.167	8.025
Subvenções Governamentais - Parcerias (Recursos Públicos)	**21**	**135.092**	**-**
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		**7.019.019**	**10.993.599**
Ações de empregabilidade e geração de renda		**7.019.019**	**10.993.599**
Subvenções Governamentais - Parcerias (Recursos Públicos)	**21**	7.019.019	10.993.599
Outras receitas		**29.500**	**52.000**
Trabalho voluntário	**23**	29.500	52.000
Sem restrição		**70.809.744**	**53.476.479**
Atividade de assistência social		**52.356.750**	**44.574.631**
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis		**52.356.750**	**44.574.631**
Contratos e Parcerias Privadas - Programa Socioaprendizagem			
Repasse garantia direitos aprendizes (remuneração, encargos e benefícios)	**20 (a)**	29.325.680	25.771.572
Gestão Socioeducacional, Profissionalizante, Trabalhista e de Benefícios	**20 (b)**	22.935.070	18.803.059
Convênios e doações de pessoas jurídicas (Recursos Privados)	**20 (c)**	**96.000**	**-**
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		**3.588.260**	**2.415.859**
Ações de empregabilidade e geração de renda		**3.588.260**	**2.402.465**
Contratos e Parcerias Privadas - Programa Aprendizagem EaD			
Repasse garantia direitos aprendizes (remuneração, encargos e benefícios)	**20 (a)**	-	265.576
Gestão Socioeducacional, Profissionalizante, Trabalhista e de Benefícios	**20 (b)**	13.986	67.596
Convênios e doações de pessoas jurídicas (Recursos Privados)	**20 (c)**	**3.574.274**	**2.069.293**
Ações de enfrentamento da violência sexual		**-**	**13.394**
Convênios e doações de pessoas jurídicas (Recursos Privados)	**20 (c)**	-	13.394
Outras receitas		**14.864.734**	**6.485.989**
Doações de pessoas jurídicas e físicas (não usuárias)	**24**	625.666	151.154
Reversão de provisão	**11**	10.847.200	-
Receitas financeiras	**23**	3.391.868	6.334.835
Total das receitas operacionais		**80.293.509**	**65.119.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ângela de Alvarenga Batista Barros
Presidente

MP Organização Contábil - CRCMG 5444/O
Pedro Alberto de Souza - CRCMG 032.234/O-0

Rede Cidadã

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Custos e despesas operacionais			
Com programas (atividades)			
Com restrição		**(9.483.765)**	**(11.643.321)**
Atividades de assistência social		**(2.435.248)**	**(597.720)**
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis	22 (a)	(2.435.248)	(597.720)
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		**(7.019.017)**	**(10.993.601)**
Ações de empregabilidade e geração de renda	22.1	(7.019.017)	(10.993.601)
Outros custos e despesas		**(29.500)**	**(52.000)**
Trabalho voluntário	23	(29.500)	(52.000)
		(63.841.765)	**(52.659.718)**
Sem restrição			
Atividades de assistência social		**(58.931.522)**	**(42.900.853)**
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis	22 (a)	(58.931.522)	(42.900.853)
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		**(4.910.243)**	**(9.758.865)**
Ações de empregabilidade e geração de renda	22.1	(4.910.243)	(5.178.901)
Ações de enfrentamento da violência sexual	22.1	-	(4.579.964)
Total de custos e despesas operacionais		**(73.325.530)**	**(64.303.039)**
Superávit do exercício		**6.967.979**	**816.760**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ângela de Alvarenga Batista Barros
Presidente

MP Organização Contábil - CRCMG 5444/O
Pedro Alberto de Souza - CRCMG 032.234/O-0

Rede Cidadã

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores em reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**22.648.670**	**6.425.573**	**29.074.243**
Incorporação do resultado ao patrimônio social	6.425.573	(6.425.573)	-
Superávit do exercício	-	816.761	816.761
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**29.074.243**	**816.761**	**29.891.004**
Incorporação do resultado ao patrimônio social	816.761	(816.761)	-
Superávit do exercício	-	6.967.979	6.967.979
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29.891.004**	**6.967.979**	**36.858.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ângela de Alvarenga Batista Barros
Presidente

MP Organização Contábil - CRCMG 5444/O
Pedro Alberto de Souza - CRCMG 032.234/O-0

Rede Cidadã

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores em reais)

	2.023	2.022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	6.967.979	816.761
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	528.310	541.398
Baixa de imobilizado	22.797	1.100.965
Baixa de intangível	-	53.378
Provisões para PECLD	215.925	228.218
Provisões para contingências	234.762	-
Superávit ajustado	**7.969.773**	**2.740.720**
Aumento (diminuição) nos ativos	**13.812.630**	**(5.496.371)**
Recursos a receber	(905.676)	(1.101.779)
Adiantamentos	225.330	(209.773)
Despesas antecipadas	(2.284)	(222.462)
Depósitos judiciais	14.495.260	(3.962.357)
Aumento (diminuição) nos passivos	**5.825.850**	**3.801.996**
Fornecedores	(511.485)	1.124.735
Obrigações trabalhistas	(7.968.494)	1.059.675
Obrigações tributárias	68.751	10.827
Adiantamentos	597.460	-
Recursos de projetos em execução	13.555.198	1.644.703
Repasses a realizar	76.295	-
Outras obrigações	8.125	(37.944)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**27.608.253**	**1.046.345**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(5.247.389)	(1.382.379)
Aquisição de intangível	(53.027)	(74.987)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(5.300.416)**	**(1.457.366)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	6.326	12.256
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**6.326**	**12.256**
(=) Variação do caixa e equivalente de caixa	**22.314.163**	**(398.765)**
Aumento (Redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	**22.314.163**	**(398.765)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	24.021.305	24.420.070
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	46.335.468	24.021.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ângela de Alvarenga Batista Barros
Presidente

MP Organização Contábil - CRCMG 5444/O
Pedro Alberto de Souza - CRCMG 032.234/O-0

1. Contexto operacional

A Rede Cidadã é uma associação civil, de direito privado e natureza filantrópica, sem fins lucrativos, entidade de assistência social, reconhecida como beneficente, que desenvolve programas e projetos de forma continuada, permanente e planejada, na área de assistência social, articulada e integrada com as demais políticas públicas, prestando atendimento prioritariamente aos usuários descritos na Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com sede e foro na cidade de Belo Horizonte – MG, na Rua Alvarenga Peixoto nº 295, 5º andar, Lourdes, CEP 30180-120, inscrita no CNPJ sob nº 05.461.315/0001-50, sendo regida por seu Estatuto, cujos objetivos sociais estão expressos no artigo 2º, e pela legislação aplicável.

Os objetivos da Rede Cidadã estão voltados à promoção de atividades e finalidades derelevância pública e social:

- Promover a Assistência Social, atuando na proteção social de indivíduos e famílias, prioritariamente em situações de vulnerabilidade ou risco, por meio da execução de serviços, programas e projetos;

- Promover a articulação das ações sociais realizadas pelos órgãos públicos, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos, criando atividades em forma de rede;

- Aplicar a Lei da Aprendizagem;

- Aplicar a Lei do Estágio de estudantes e atuar como agente de integração no desenvolvimento de programa de estágio de estudantes;

- Elaborar e executar ações de promoção da integração ao mundo do trabalho, por meio de programas e projetos que promovam a autonomia e assegurem o direito à profissionalização ao trabalho e à renda, indissociável dos demais direitos sociais, ofertando formação político-cidadã e preparação para o mundo do trabalho, aprendizagem profissional, estágio de estudantes, inclusão produtiva, inserção ou reinserção qualificada;

- Atuar no setor da Educação, promovendo-a em quaisquer níveis, etapas, e modalidades, incluindo a educação profissional técnica e tecnológica;

- Atuar na promoção do Esporte, desenvolvendo projetos desportivos e paradesportivos;

- Atuar na promoção da Cultura, consideradas suas várias matrizes e formas de expressão, mediante a execução de projetos e atividades artísticas e culturais;

- Promover a educação para a cidadania;

- Atuar na promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Atuar na Lei da Pessoa Idosa, promovendo seu atendimento através de programas de empregabilidade e empreendedorismo, respeitando e observando o Estatuto da Pessoa Idosa, podendo, inclusive, promover ações de capacitação e formação de Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, em todas as esferas;

- Promover o acesso de Pessoas com Deficiência (PcD) à conquista de renda e trabalho por meio de projetos de empregabilidade, aprendizagem e de empreendedorismo;

- Promover a avaliação de projetos e programas desenvolvidos no terceiro setor, em empresas ou instituições visando aprimorar as estratégias de atuação;

- Difundir, promover e executar ações de responsabilidade social empresarial e programas de voluntariado;

- Atuar na promoção da ética, da paz, dos direitos humanos, da democracia, da justiça e de demais valores universais em defesa da vida;

- Atuar em projeto de geração de trabalho e renda em sinergia com a preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

A Rede Cidadã foi criada em 2002 para formar uma rede social real que integrasse ações complementares, gerando sinergia entre os três setores da economia e integrando o trabalho voluntário.

Atuando em conformidade com o artigo 203, III, da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude, a Lei Brasileira de Inclusão, a Lei Orgânica da Assistência Social e o conjunto normativo que rege a Política Nacional de Assistência Social, a Rede Cidadã atua na causa da inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, prevenindo riscos sociais e pessoais, sem discriminação, de modo totalmente gratuito para os atendidos e suas famílias. As ofertas socioassistenciais promovem a integração ao mundo do trabalho, com proteção social e garantia de direitos, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 33/2011, Nota Técnica nº 02/2017 – DRSP/SNAS/MDS, Nota Técnica nº 25/2020 – DRSP/SNAS/MC e Nota Técnica Conjunta nº 01/2023/MDS/CNAS/SNAS, além da legislação específica que rege a aprendizagem profissional no país.

O objetivo da organização sempre foi criar soluções para inclusão, geração de trabalho e renda para pessoas da base da pirâmide e desde a sua fundação buscamos promover desenvolvimento humano e social, para a integração ao mundo do trabalho, de forma protegida, unindo empresas, sociedade civil e poder público.

Possui título de utilidade pública municipal, registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, consta do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) e mantém a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A Rede Cidadã tem como linha de atuação a formação de redes, centradas no processo de articulação e de sinergia entre governo, empresas e organizações da sociedade civil.

Integrando ações e investimentos sociais, públicos e privados, a Rede Cidadã viabiliza também programas e projetos voltados à empregabilidade, geração de renda, responsabilidade social, sustentabilidade e voluntariado, na perspectiva de contribuir para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), levando benefícios efetivos a um grande número de pessoas.

As ações desenvolvidas são gratuitas para os usuários, ou seja, sem nenhuma contraprestação dos atendidos e de suas famílias, e seguem o princípio da universalidade, sem discriminação de qualquer natureza.

Os recursos financeiros para a promoção de seus objetivos estatutários vêm de convênios, doações, de repasses de custos com o Programa de Socioaprendizagem, Programa de Aprendizagem na Modalidade a Distância, Projetos e dos rendimentos de aplicações financeiras. Todos os recursos são aplicados em território nacional e nas atividades previstas no Estatuto da Rede Cidadã e não há nenhuma forma de distribuição de excedentes financeiros.

A Rede Cidadã é gerida pela Assembleia Geral, Conselho Curador, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Nenhum membro destes órgãos recebe qualquer remuneração, direta ou indiretamente, pelas funções que lhes são atribuídas em seu Estatuto.

Propósito

Promover o desenvolvimento humano e social, para a integração ao mundo do trabalho, unindo sociedade civil, poder público e empresa.

Visão

Integrar vida e trabalho, um só valor.

Valores

Amorosidade, humildade, disponibilidade, autoconhecimento, expansão da consciência,empatia, método, colaboração, compromisso, empreendedorismo.

2. Bases de preparação

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros e, também através da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Como Entidade Beneficente de Assistência Social, a Rede Cidadã observa o disposto na Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, decreto 11.791/2023 e demais disposições legais e regulamentares a que está sujeita.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivados mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda Funcional

Os valores nas demosntrações contábeis são apresentadas em real.

2.4. Demonstrações dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Entidade não apurou transação que envolva registro em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3. Principais políticas contábeis adotadas

A Entidade adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o exercício de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1. Ativo circulante e não circulante

São demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Para os valores a receber das contratantes é constituída provisão para perdas, quando julgada necessária.

3.2. Caixa e equivalente de caixa (nota 4)

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes aos bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com liquidez imediata e são utilizados pela Rede Cidadã no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

3.3. Imobilizado (nota 8)

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Rede Cidadã. Abrange, também, os custos de benfeitorias realizadas em bens de terceiros. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas fixadas pela Receita Federal do Brasil e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

O imobilizado com restrição refere-se aos recursos recebidos exclusivamente para a aquisição de bens, cujo reconhecimento na receita se dará ao longo da vida útil na proporção de sua depreciação, em atendimento a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado.

3.4. Intangível (nota 9)

Adquiridos, são mensurados, no reconhecimento inicial, pelos custos de aquisição. A amortização desses ativos é processada com base no período de uso contratado ou estimado.

3.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Provisão para contingência (nota 15)

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observando suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

3.7. Reconhecimento da receita

As receitas para manutenção da Entidade, incluem os programas e projetos e as receitas financeiras auferidas ao longo do período. Ambas são reconhecidas quando da efetiva execução dos programas/projetos de forma segregada visando atender as áreas das políticas públicas executadas. Tal procedimento está baseado na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, ITG 2002 (R1) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

As receitas de atividades de assistência social são aquelas relativas a programas e projetos inscritos no âmbito dos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS).

O custo da operação é registrado no mesmo exercício em que elas são reconhecidas e quando há recursos públicos as receitas e despesas são reconhecidas ao mesmo tempo.

As doações recebidas e demais receitas são destinadas a manutenção dos programas e projetos. As doações para custeio das atividades da Entidade são contabilizadas em contas do Ativo, sendo reconhecidas como receita assim que exista segurança razoável de que a Entidade atenderá às condições relacionadas e que as mesmas serão recebidas.

3.8. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores.

As principais estimativas realizadas pela Administração quando da elaboração das demonstrações financeiras incluem a vida útil para seus ativos imobilizados e intangíveis, o valor residual dos ativos imobilizados, as perdas com o valor recuperável de recebíveis, prováveis desembolsos decorrentes de processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, bem como reclamações, custos a apurar e outros riscos diretamente relacionados a seus programas/projetos de curta e longa duração.

As taxas de depreciação aplicadas aos ativos imobilizados são definidas com base na vida útil que o fisco determina para esses ativos e não considera os valores residuais estimados para sua realização ao final da vida útil.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e seus equivalentes são mantidos com a finalidade de atender a compromisso de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos para aplicação nos programas e projetos desenvolvidos, conforme demonstrados nas datas dos balanços:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos (a)	**734.138**	**208.533**
Bancos recursos sem restrição	19.707	58.830
Bancos recursos com restrição	714.431	149.703
Aplicações financeiras (b)	**45.241.166**	**23.458.176**
Aplicações financeiras recursos sem restrição	33.191.681	18.997.958
Aplicações financeiras recursos com restrição	12.049.485	4.460.218
Títulos de capitalização (c)	**360.164**	**354.596**
Sul América	347.292	342.225
Mapfre	12.872	12.371
Total do caixa e equivalentes de caixa	**46.335.468**	**24.021.305**

(a) Refere-se a recursos recebidos de programas e projetos que são aplicados tempestivamente;

(b) A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

(c) Os títulos de capitalização de médio prazo foram feitos junto aos operadores Sul América e Mapfre.

As aplicações financeiras estão representadas por certificado de depósito bancário e títulos de capitalização, emitidos por bancos de 1ª linha, e possuem rentabilidade indexada à taxa do certificado de depósito interbancário (CDI), tendo liquidez diária.

A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Rede Cidadã é realizada dentro de um perfil conservador, buscando a redução de riscos de perdas.

5. Recursos a receber

O saldo das contas a receber é oriundo dos Termos de Parceria, Contratos Particulares de Parceria, Convênios de Cooperação de parceiros, Convênios de Socioaprendizagem e Aprendizagem Profissional a receber.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Socioaprendizagem a receber	6.719.997	6.068.614
Empregabilidade a receber	112.059	48.247
Estágio a receber	211.603	21.122
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(1.875.370)	(1.659.445)
Total dos recursos a receber	**5.168.289**	**4.478.538**

A provisão para Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) é calculada em função das perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir a não realização das contas a receber, tendo como base o saldo total dos créditos vencidos há mais de 12 meses.

Para os casos de recebimentos, ora tratados como PECLD (Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa), os mesmos são revertidos e contabilizados de acordo com as entradas financeiras. Haja visto, que a Entidade tem uma política de tratativas da inadimplência, no sentido de sensibilizar o parceiro a quitar os compromissos assumidos com as práticas sociais da Entidade.

A movimentação encontra-se evidenciada a seguir:

	2.023	**2.022**
Saldo inicial	(1.659.445)	(1.431.227)
Provisão	(439.857)	(228.218)
Reversão	223.932	-
Saldo final	**(1.875.370)**	**(1.659.445)**

6. Adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos para colaboradores para custear despesas relacionadas às atividades profissionais realizadas em territórios específicos. Essas despesas podem incluir, mas não se limitam a transporte, alimentação, hospedagem e outras despesas operacionais necessárias para o desempenho das funções. Os adiantamentos são registrados como ativos circulantes no balanço patrimonial até que a prestação de contas seja concluída. Após a prestação de contas, as despesas são classificadas nas respectivas contas de resultado.

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fundo de caixa	-	155.435
Adiantamentos	75.508	145.403
Total de adiantamentos	**75.508**	**300.838**

7. Despesas antecipadas

Esta conta registra valores a título de cauções de aluguéis depositados como garantia de cumprimento das obrigações contratuais de locação.

Cauções de aluguéis são contabilizadas como despesas antecipadas no momento do pagamento. Estes valores permanecem registrados nesta conta até que o contrato de locação seja encerrado ou até que o valor seja utilizado para cobrir eventuais inadimplências ou danos ao imóvel locado.

Quando o contrato de locação é encerrado e a caução é devolvida, o valor é reclassificado da conta de despesas antecipadas para a conta bancos. Se a caução for utilizada para cobrir inadimplências ou danos, o valor correspondente é transferido para a conta de despesas.

8. Imobilizado

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equip.	Veículos	Benfeitorias em imoveis de terceiros	Material didatico	Hardwares	Total
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	4%	10%	20%	
Custos - sem restrição							
31/12/2022	**649.708**	**1.005.748**	**173.119**	**1.314.018**	**36.240**	**1.448.207**	**4.627.040**
Adições	114.004	292.995	287.450	19.148	2.494.287	130.435	3.338.319
Baixa	(975)	(20.532)	-	-	-	(450)	(21.957)
31/12/2023	**762.737**	**1.278.211**	**460.569**	**1.333.166**	**2.530.527**	**1.578.192**	**7.943.402**
Depreciação - sem restrição							
31/12/2022	**(431.799)**	**(446.389)**	**(164.523)**	**(258.735)**	**(29.602)**	**(941.136)**	**(2.272.184)**
Depreciação	(72.124)	(111.641)	(13.387)	(52.904)	(45.195)	(150.641)	(445.892)
31/12/2023	**(503.923)**	**(558.030)**	**(177.910)**	**(311.639)**	**(74.797)**	**(1.091.777)**	**(2.718.076)**
Custos - com restrição							
31/12/2022	**19.815**	**331.202**	**-**	**-**	**-**	**505.842**	**856.859**
Adições	444.529	1.134.886	-	320.000	-	9.655	1.909.070
Baixa	(840)	-	-	-	-	-	(840)
31/12/2023	**463.504**	**1.466.088**	**-**	**320.000**	**-**	**515.497**	**2.765.089**
Depreciação - com restrição							
31/12/2022	**(638)**	**(12.491)**	**-**	**-**	**-**	**(44.743)**	**(57.872)**
Depreciação	(18.366)	(2.885)	-	(5.333)	-	(1.140)	(27.724)
31/12/2023	**(19.004)**	**(15.376)**	**-**	**(5.333)**	**-**	**(45.883)**	**(85.596)**
Valor residual em 31/12/2023	**703.314**	**2.170.893**	**282.659**	**1.336.194**	**2.455.730**	**956.029**	**7.904.819**
Custos - sem restrição							
31/12/2021	**540.574**	**681.348**	**173.119**	**1.314.018**	**36.240**	**1.302.214**	**4.047.513**
Adições	109.134	324.400	-	-	-	145.993	579.527
31/12/2022	**649.708**	**1.005.748**	**173.119**	**1.314.018**	**36.240**	**1.448.207**	**4.627.040**
Depreciação - sem restrição							
31/12/2021	**(372.781)**	**(354.039)**	**(129.900)**	**(206.175)**	**(25.978)**	**(796.862)**	**(1.885.735)**
Baixa	-	-	-	-	-	5.178	5.178
Depreciação	(59.018)	(92.350)	(34.623)	(52.560)	(3.624)	(149.452)	(391.627)
31/12/2022	**(431.799)**	**(446.389)**	**(164.523)**	**(258.735)**	**(29.602)**	**(941.136)**	**(2.272.184)**
Custos - com restrição							
31/12/2021	**-**	**103.375**	**-**	**-**	**-**	**1.051.597**	**1.154.972**
Adições	19.815	282.895	-	-	-	500.142	802.852
Baixa	-	(55.068)	-	-	-	(1.045.897)	(1.100.965)
31/12/2022	**19.815**	**331.202**	**-**	**-**	**-**	**505.842**	**856.859**
Depreciação - com restrição							
31/12/2021	**-**	**(1.804)**	**-**	**-**	**-**	**(18.477)**	**(20.281)**
Baixa	-	3.728	-	-	-	139.548	143.276
Depreciação	(638)	(14.415)	-	-	-	(165.814)	(180.867)
31/12/2022	**(638)**	**(12.491)**	**-**	**-**	**-**	**(44.743)**	**(57.872)**
Valor residual em 31/12/2022	**237.086**	**878.070**	**8.596**	**1.055.283**	**6.638**	**968.170**	**3.153.843**

9. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro e a movimentação do intangível no exercício ocorreram como segue**:**

	Software	Total
Custo - sem restrição		
31/12/2022	**244.202**	**244.202**
Adições	53.027	53.027
31/12/2023	**297.229**	**297.229**
Amortização - sem restrição		
31/12/2022	**(122.499)**	**(122.499)**
Amortização	(51.214)	(51.214)
31/12/2023	**(173.713)**	**(173.713)**
Custo - com restrição		
31/12/2022	**4.095**	**4.095**
31/12/2023	**4.095**	**4.095**
Amortização - com restrição		
31/12/2022	**(580)**	**(580)**
Amortização	(3.480)	(3.480)
31/12/2023	**(4.060)**	**(4.060)**
Valor residual em 31/12/2023	**123.551**	**123.551**
Custo - sem restrição		
31/12/2021	**222.593**	**222.593**
Adições	74.987	74.987
Baixa	(53.378)	(53.378)
31/12/2022	**244.202**	**244.202**
Amortização - sem restrição		
31/12/2021	**(5.141)**	**(5.141)**
Amortização	(117.358)	(117.358)
31/12/2022	**(122.499)**	**(122.499)**
Custo - com restrição		
31/12/2021	**4.095**	**4.095**
Adições	-	-
31/12/2022	**4.095**	**4.095**
Amortização - com restrição		
31/12/2021	**(580)**	**(580)**
Amortização	-	-
31/12/2022	**(580)**	**(580)**
Valor residual em 31/12/2022	**125.218**	**125.218**

10. Fornecedores

As obrigações com fornecedores e recursos de programas e projetos a pagar estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à atividade e execução:

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores diversos	802.183	1.313.668
Total dos fornecedores	**802.183**	**1.313.668**

11. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e aprendiz no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

As obrigações sociais são compostas substancialmente por salários a pagar e provisões de encargos trabalhistas, calculados conforme a legislação aplicável.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	145.473	-
Salários aprendiz a pagar	1.135.691	913
Bolsa estágio a pagar	54	-
Férias funcionários a pagar	70.606	64.023
Férias aprendiz a pagar	2.042	-
Pensão alimentícia sobre férias a recolher	760	-
Pensão alimentícia sobre 13º a recolher	396	-
Rescisão funcionários a pagar	43.758	6.926
Rescisão aprendiz a pagar	7.308	4.663
Salários e ordenados a pagar	**1.406.088**	**76.525**
INSS a recolher	203.722	159.956
INSS sobre férias a descontar	3.784	2.244
FGTS a recolher	195.437	141.009
PIS sobre folha a recolher	54.927	-
Total de encargos sociais	**457.870**	**303.209**
Provisão Férias	951.370	2.167.245
Provisão FGTS s/ Férias	123.511	121.437
Total de provisões	**1.074.881**	**2.288.682**
Total das obrigações sociais circulante	**2.938.839**	**2.668.416**
INSS a recolher	-	8.238.917
Total das obrigações sociais não circulante	**-**	**8.238.917**
Total das obrigações sociais	**2.938.839**	**10.907.333**

Ação judicial nº 1005472-50.2017.4.01.3800 proposta em 2017 em face da União Federal com o objetivo de ter declarado o CEBAS e reconhecer o direito de imunidade ao pagamento da cota patronal do INSS a partir de então bem como recuperar os valores pagos nos últimos 5 anos anteriores à propositura da ação.

Deferida liminarmente a possibilidade da Autora depositar em juízo os valores referentes à cota patronal do INSS a partir da propositura da ação.

Em sentença de 1º grau, o pleito foi julgado improcedente. Em sede de apelação, o recurso foi julgado procedente e foi deferido à Autora a declaração do CEBAS bem como seu direito de imunidade tributária referente ao INSS cota patronal, com o imediato levantamento dos valores depositados em juízo, bem como também reconhecido o direito a reaver os valores pagos nos 5 anos anterior à propositura da ação.

Em 10 de janeiro de 2023, houve a devolução do valor pago indevidamente ao INSS, no montante de R$ 3.046.096. Em 18 de outubro de 2023, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Os valores foram depositados em 14 de novembro de 2023. Consequentemente, o saldo da obrigação a recolher ao INSS foi revertido no resultado no montante de R$10.847.200.

12. Adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos de parceiros reconhecidos no momento em que os valores são recebidos, sendo registrados como passivos circulantes no balanço patrimonial. Quando a fatura é identificada, o passivo é baixado e a receita correspondente é reconhecida no resultado do exercício.

13. Recursos de programas e projetos em execução

Refere-se aos recursos recebidos de parceiros públicos e privados mediante a prestação de contas e custeio das atividades da Rede Cidadã. São contabilizados como recursos restritos no Ativo e Recursos de programa e projetos em execução no Passivo, sendo reconhecidas como receita simultaneamente com as despesas assim que exista segurança razoável de que a Entidade atenderá às condições relacionadas, conforme estabelecido na NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Projeto Bolsa trabalho	910.295	2.173.011
Projeto Capacitação profissional - Diamantina e Ouro Preto	453.154	457.644
Projeto Estamos Juntos	1.555.980	-
Projeto J Legal	51.195	135.914
Projeto Jovens Profissionais do Futuro - JPF Fortaleza	-	63
Projeto Jovens Profissionais do Futuro - Belo Horizonte	1.867.161	62.881
Projeto Rede Sênior	74.416	304.902
Projeto Minha Oportunidade	122	124
Programa Acessuas Trabalho	-	13.024
Projeto Mais Empregabilidade – Belo Horizonte e São Paulo	522.535	185.096
Programa Socioaprendizagem	4.156.482	508.144
Projeto Operação Trabalho	6.835.454	417.616
Projeto Trilha de Desenvolvimento	112.738	110.941
Projeto Trilha de Desenvolvimento	1.625.643	240.617
Total de recursos de programas e projetos em execução	**18.165.175**	**4.609.977**

O aumento de recursos em 2023 ocorreu em função da execução dos instrumentos jurídicos com a parceria público assinados em 2023 e 2022, conforme mencionado nas notas explicativas nº 17 a 21.

14. Repasses a realizar

Registra-se os recursos recebidos com restrições, que devem ser utilizados conforme determinações legais ou contratuais. Os recursos registrados nesta conta são utilizados estritamente conforme as restrições impostas, garantindo a transparência e a conformidade com as normas legais e contratuais. A utilização dos recursos é monitorada e reportada periodicamente, assegurando que os fundos sejam aplicados de acordo com os objetivos estabelecidos. Esses recursos incluem:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Emenda Parlamentar	14.592	-
Termo de Colaboração	44.460	-
Penas Pecuniárias	17.243	-
Total de repasses a realizar	**76.295**	**-**

A Emenda Parlamentar firmada com Entidade e o Município de Outro Preto/MG através do Termo de Fomento nº 101/2022, no valor de R$14.286 destinado a aquisição ativo imobilizado a serem utilizados pelos usuários do Programa Socioaprendizagem.

A Entidade firmou os Termos de Colaboração nº 08/2021, 06/2022 e 08/2023 com Município de Patrocínio no valor total de R$79.854. Este recurso visa contribuir com a locação de imóvel para instalação das estruturas da Entidade de modo a fortalecer as ações do Programa de Socioaprendizagem da Rede Cidadã do Município de Patrocínio/MG.

O recurso de Penas Pecuniárias (Provimento Conjunto nº 27/2013) recebido por meio da Portaria Conjunta nº 608/PR/2017, da Comarca de Pará de Minas/MG, destinado para a aquisição de 04 notebooks a serem utilizados pelos usuários do Programa Socioaprendizagem.

15. Provisão de contingência

A Entidade está envolvida em processos trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como provável no montante de R$284.762, em 31 de dezembro de 2023, (2022 - R$123.000).

Os processos na área cível e trabalhistas avaliados pelo assessores juridicos da Entidade, como sendo de probalidade de risco possível totalizando R$515.300, em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R$55.000), para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme previsto nas normas contábeis.

Os depósitos judiciais estabelecidos por ações de natureza trabalhista, acompanhado pela área jurídica em 31 de dezembro de 2023 é de R$8.329 (2022 – R$14.503.589)

16. Patrimônio líquido

O Estatuto Social da Rede Cidadã traz as definições das diretrizes institucionais, estrutura organizacional e definição das competências e cargos. O Patrimônio líquido é constituído pela universalidade de bens, direitos, ações e obrigações integrante do seu acervo.

A destinação do patrimônio líquido em caso de dissolução ou extinção da Entidade observara o disposto no art. 61 do Código Civil, Lei nº 13.019/2014, Lei Complementar nº 187/2021 art. 3º inciso VIII, conforme artigo 37 de seu Estatuto.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de uma Entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social certificada.

No exercício de 2022, a Rede Cidadã teve um Superávit de R$816.761, incorporado ao patrimônio social no exercício de 2023. Adicionalmente, o Superávit a ser incorporado ao patrimônio social do exercício de 2023 é de R$6.967.979

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 é de R$36.858.983 (2022 – R$29.891.004).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

17. Atividades de Assistência Social

17.1. Ação de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho – Ofertas Certificáveis

17.1.1. Programa Socioaprendizagem

Em 2023, a Rede Cidadã deu continuidade às ações relacionadas à promoção e integração ao mundo do trabalho, na área de Assistência Social, por meio do Programa de Socioaprendizagem, com foco na promoção da cidadania, desenvolvendo com os usuários a autonomia e o protagonismo, assegurando o direito à proteção social, à formação, ao trabalho protegido e à renda, respeitando a pluralidade e singularidade da condição juvenil.

O Programa de Socioaprendizagem é uma ação afirmativa reconhecida no âmbito da política pública de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS nº 33/2011, Nota Técnica nº 02/2017/DRSP/SNAS e artigo 29, III, da Lei Complementar nº 187/2021, executado de forma articulada e integrada com as demais políticas públicas, sendo voltada à proteção social e à qualificação profissional para adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência sem limitação quanto à idade máxima, concretizada a partir da Lei nº 10.097/2000.

A Socioaprendizagem possibilitou ampliar a participação dos adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social e/ou risco, e pessoas com deficiência no mundo do trabalho, de forma protegida, a partir da priorização desse público para encaminhamento às oportunidades abertas por pessoas jurídicas obrigadas ao cumprimento de cota e/ou decorrentes de suas ações de responsabilidade social. O programa foi formatado em módulos, dividido em atividades teóricas e práticas, organizadas e intercaladas na Rede Cidadã e nos estabelecimentos parceiros.

Público atendido: Adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência sem limite de idade, conforme a legislação, sendo priorizados usuários da Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993. Foram atendidos 18.646 usuários, sendo 659 Pessoas com Deficiência.

Modalidade: Presencial

Abrangência territorial: Nacional

Minas Gerais: Além-Paraíba, Arcos, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Brumadinho, Capelinha, Congonhas, Contagem, Curvelo, Diamantina, Formiga, Governador Valadares, Guaxupé, Ipatinga, Itabira, Itabirito, João Monlevade, Juiz de Fora, Lagoa da Prata, Montes Claros, Nova Lima, Nova Serrana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Preto, Pará de Minas, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedro Leopoldo, Pompéu, Ponte Nova, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Três Pontas, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Unaí

Pará: Breu Branco

São Paulo: Campinas, São Paulo

Ceará: Fortaleza

Pernambuco: Recife

Bahia: Salvador

Ceará: Fortaleza

Pernambuco: Recife

Bahia: Salvador

Filiais/Unidades que atuaram conforme o disposto no § 1º do art. 31 da Lei Complementar n.º 187/2021; inciso I do artigo 75 do Decreto n.º 11.791/2023 e inciso I do § 5º do artigo 9º da Portaria MDS n.º 952/2023.

- Cataguases/MG;
- Varginha/MG;
- Viçosa/MG; e
- Porto Alegre/RS.

17.1.2. Projeto Capacitação Profissional – Ouro Preto

O Projeto Capacitação Profissional – Ouro Preto teve como fio condutor realização de oficinas de formação socioemocional, visando o desenvolvimento de competências para adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos incompletos, com o objetivo de apoiá-los em seu processo de inclusão social e produtiva, visando a melhoria da qualidade de vida para o usuário e sua família.

Público atendido: Foram atendidos 227 adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com idade entre 14 e 18 anos incompletos.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Ouro Preto (MG)

17.1.3. Projeto JLegal

O Projeto JLegal é executado desde 2016, initerruptamente, e teve como objetivo promover oficinas de formação fundamentadas em um sistema de integração e desenvolvimento humano, promovendo o autoconhecimento, a expressão e a valorização da identidade pessoal, social e profissional.

Além de formar e inserir no mundo do trabalho, o projeto promoveu a transformação social, oportunizando aos seus usuários e familiares novas perspectivas a partir da visão de vida e trabalho como um só valor.

Público atendido: Foram atendidos 406 usuários, entre adolescentes, jovens e adultos. Foram priorizados aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade social ou risco, inclusive os de menor renda familiar e inscritos no Cadastro Único, a partir de análise feita por Assistente Social.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Fortaleza (CE)

17.1.4. Projeto Jovens Profissionais do Futuro

O Projeto Jovens Profissionais do Futuro, atendeu às diretrizes de proteção social básica, em interface com a especial, visando à promoção do protagonismo, integração social e desenvolvimento humano, por meio de oficinas de formação socioemocional, de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação (meio fechado) e semiliberdade (meio aberto), com foco na promoção da integração ao mundo do trabalho.

A formação socioemocional foi realizada nas unidades responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, tais como: Centro Socioeducativo, Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas (PEMSE) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O projeto terá continuidade no ano de 2024.

Público atendido: Foram atendidos 33 usuários, entre adolescentes e jovens em cumprimento de medidas como prestação de serviço comunitário e liberdade assistida; e em meio fechado com aqueles que estavam cumprindo medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Juiz de Fora (MG)

17.1.5. Projeto Trilha de Desenvolvimento do Usuário e da Família - Guaxupé

O Projeto Trilha de Desenvolvimento do Usuário e da Família – Guaxupé, teve como objetivo promover o desenvolvimento de autonomia, reflexão e desenvolvimento pessoal, além de competências técnicas e comportamentais no âmbito profissional, por meio de oficinas de formação e apoiar os adolescentes entre 14 e 18 anos incompletos, em situação de vulnerabilidade social que buscavam a inserção no mundo do trabalho.

O projeto terá continuidade no ano de 2024.

Público atendido: Foram atendidos 30 usuários, adolescentes. Foram priorizados aqueles em situação de vulnerabilidade social ou risco, inclusive os de menor renda familiar e inscritos no Cadastro Único, a partir de análise feita por Assistente Social.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Guaxupé (MG)

17.1.6. Projeto Capacitação Profissional - Diamantina

No ano de 2023, foi dada continuidade à execução do Projeto Capacitação Profissional - Diamantina iniciado em 2022.

Foram desenvolvidas oficinas contemplando conteúdos que abordaram questões relevantes para o reconhecimento do trabalho e da formação pessoal como direito de cidadania, desenvolvimento de competências básicas e específicas que favoreceram a inserção, reinserção e permanência dos adolescentes no mundo do trabalho.

O desenvolvimento de competências socioemocionaiseprofissionais foi a estratégia utilizada para apoiar os usuários em situação de vulnerabilidade social em seu processo de inclusão social e produtiva.

O projeto terá continuidade no ano de 2024.

Público atendido: Adolescentes com idade entre os 15 (quinze) anos completos e os 18 (dezoito) anos incompletos. Participaram das oficinas 136 usuários. Foram priorizados aqueles em situação de vulnerabilidade social ou risco social.

Modalidade: Presencial

Abrangência territorial:

- Diamantina (MG)

17.1.7. Projeto Trilha de Desenvolvimento do Usuário e da Família – Pará de Minas

A Rede Cidadã, por meio do Projeto Trilha de Desenvolvimento do Usuário e da Família – Pará de Minas promoveu oficinas de formação profissional e socioemocional com o objetivo de preparar os adolescentes para serem inseridos no mundo do trabalho.

As atividades fortaleceram o autoconhecimento, empatia, protagonismo, relações interpessoais e vida integral. Tudo pensado na progressão de conhecimento dos usuários, que iniciaram dando maior ênfase em (auto) conhecer-se e ao longo dos encontros foram construindo sua visão e presença no mundo, entendendo-se como sujeitos detentores de autonomia e principalmente donos de sua empregabilidade.

Público atendido: Foram atendidos 128 usuários, adolescentes. Foram priorizados aqueles em situação de vulnerabilidade social ou risco, inclusive os de menor renda familiar e inscritos no Cadastro Único, a partir de análise feita por Assistente Social.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Pará de Minas (MG)

17.1.8. Projeto Estamos Juntos

O Projeto Estamos Juntos é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, criado pela Lei nº 11.149/2019 e é regulamentado pelo Decreto n° 17.136/2019, e teve como fio condutor o atendimento de pessoas em situação de rua, ou que tivessem trajetória de vida nas ruas, e sua inserção e permanência no mundo do trabalho, fomentando suas condições de empregabilidade e obtenção de renda, eliminando as violações de direitos e melhorando suas condições de vida.

As ações realizadas foram: sensibilização, cadastramento, acolhida, qualificação profissional e socioemocional para o mundo do trabalho, encaminhamento para oportunidades no mundo de trabalho e acompanhamento das pessoas contratadas. Em adição, os usuários que obtiveram frequência mínima de 60% nas atividades do projeto, receberam um auxílio financeiro, por até 180 dias, administrado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O projeto terá continuidade no ano de 2024.

Público atendido: Foram atendidas 165 pessoas em situação de rua em grupo populacional heterogêneo que possuam em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utilizava os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória, na faixa etária dos 18 anos a 65 anos.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Belo Horizonte (MG)

18. Outras Atividades para o Desenvolvimento Sustentável – Não Certificáveis

18.1. Ações de Empregabilidade e Geração de Renda

18.1.1. Programa Estágio para Estudantes

O Programa de Estágio para Estudantes tem um caráter pedagógico por sua natureza, tratando-se de ato educativo supervisionado, previsto no currículo escolar pelas instituições de ensino e regido pela Lei nº 11.788/2008, que estabelece uma série de regras para que estagiários tenham garantidos os seus direitos e reconheçam também suas obrigações na relação entre os entes envolvidos: empresa, estudante, instituição de ensino e o agente integrador.

Para a execução do programa, a Rede Cidadã contou com a parceria do Instituto Promover (IPHAC) e com a Z Estágios; cada parceiro atuou com sua expertise sendo possível traçar um programa com alcance de formação e desenvolvimento de competências que favoreceram a inserção, reinserção e permanência dos estudantes na vida acadêmica e no mundo do trabalho.

Público atendido: Foram atendidos 330 estudantes, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos, matriculados e frequentando regularmente o ensino médio ou graduação em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, egressos ou não do Programa de Socioaprendizagem.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial: Nacional

- Belo Horizonte, Brumadinho e Contagem (MG);
- Campinas e São Paulo (SP);
- Salvador (BA);
- Recife (PE);
- Fortaleza (CE).

18.1.2. Programa de Aprendizagem na Modalidade a Distância (EaD)

A Rede Cidadã promoveu, em 2023, a qualificação profissional a adolescentes, jovens e pessoas com deficiência por meio do Programa de Aprendizagem na Modalidade a Distância. O foco foi a formação técnico-profissional metódica – atividades teóricas e práticas, que desenvolvem competências profissionais, conhecimentos, habilidades e atitudes, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva para propiciar ao aprendiz qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho, de modo a viabilizar a equiparação de oportunidades, levando-os a perceber e reconhecer suas potencialidades.

Adotou-se uma plataforma digital como ferramenta de acesso e desenvolvimento da etapa teórica, disponibilizada na Matriz da Rede Cidadã, em Belo Horizonte/MG, que funcionou como uma sala de aula on-line, em que além da disponibilização do material didático digital, foi possível a realização de tarefas interativas, como testes e discussões em fóruns. A plataforma Moodle foi um sistema de gerenciamento de aprendizado para programas de formação, garantindo o desenvolvimento dos conteúdos do programa e favorecendo o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas dos participantes.

Público Atendido: Adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência sem limitação quanto à idade máxima, conforme a legislação. Participaram do programa 72 aprendizes.

Modalidade: Remota

Abrangência Territorial: Nacional

18.1.3. Projeto Bolsa Trabalho

O projeto Bolsa Trabalho iniciado em 2022, por meio de aditamento do prazo de vigência, e foi prorrogado até abril/2023.

O projeto objetivou o enfrentamento à crise gerada pela pandemia de Covid-19, por meio do desenvolvimento de atividades com foco nas capacitações profissionais e inserção produtiva, por meio do Programa Bolsa Trabalho, do Governo do Estado de São Paulo, para pessoas em situação de rua e alta vulnerabilidade social, estando em conformidade com as especificações postas pelo Edital de Chamamento Público Simplificado - 006/2022/SMDET.

O projeto constituiu em ações de cadastramento, acolhimento, sensibilização, monitoramento, capacitação profissional, apoio e atendimento de beneficiários do Programa Bolsa do Trabalho, alocados na Subprefeitura/Distrito da Sé, na região central do Município de São Paulo, no âmbito do Programa Bolsa do Povo, com base na Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021.

Público atendido: Foram atendidos 267 usuários, em situação de rua e/ou vulnerabilidade social.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- São Paulo (SP)

18.1.4. Projeto Cozinha e Voz

O Projeto Cozinha e Voz faz parte de uma iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e contemplou apoio para a formação profissional dos participantes, que foram estimulados a partir do conhecimento de suas competências comportamentais e habilidades pessoais, a fim de aumentar o nível de empregabilidade no mundo do trabalho.

Assim, a Rede Cidadã, juntamente com as outras organizações parceiras, se propôs a desenvolver e potencializar as habilidades socioemocionais e profissionais, com foco prioritário na população trans e mulheres vítimas de violência, promovendo o desenvolvimento profissional e habilidades socioemocionais, além de realizar o encaminhamento para inclusão no mundo do trabalho, incorporar e ampliar as boas práticas para a inclusão no mundo de trabalho formal de pessoas em situação de vulnerabilidades, capacitando profissionais como assistentes de cozinha.

Público atendido: O projeto Cozinha e Voz atendeu 163 participantes, com foco prioritário na população trans e mulheres vítimas de violência.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial: Nacional

- Santo André (SP);
- Campina Grande (PA);
- João Pessoa (PA);
- Macapá (AP);
- Belém (PA).

18.1.5. Projeto Grão em Pão

O Projeto de Grão em Pão teve como objetivo de ofertar formação socioemocional e profissional na área de panificação e confeitaria a pessoas em situações de vulnerabilidade e/ou risco social.

No primeiro módulo, oficina de formação socioemocional, os participantes foram estimulados a utilizar suas competências comportamentais e habilidades pessoais para aumentar o nível de empregabilidade no mundo do trabalho.

A oficina de Panificação e Confeitaria e a formação prática foi projetada e ofertada pela Fundação Bunge, para capacitar os participantes com as habilidades práticas e teóricas necessárias para se destacarem no setor de padaria e confeitaria. Essa formação técnica ofereceu uma visão detalhada dos processos de panificação e confeitaria, desde as técnicas fundamentais até a criação de produtos de alta qualidade. Os participantes tiveram a oportunidade de desenvolver suas habilidades práticas e criativas, adquirir conhecimentos sobre ingredientes e compreender os aspectos de gestão essenciais para o sucesso em uma padaria.

Público atendido: O projeto De Grão em Pão atendeu, em São Paulo e Recife, 118 participantes, sendo homens e mulheres, entre 18 e 35 anos, residentes no município de São Paulo – SP e região metropolitana.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial: Nacional

- São Paulo (SP);
- Recife (PE).

18.1.6. Projeto Jovens Preparados – Equip Youth Brasil

O Projeto Equip Youth iniciou na Rede Cidadã em março de 2021 e foi finalizado em dezembro de 2023, em parceria com a *International Youth Foundation* (IYF). O objetivo foi a oferta de capacitação para professores e jovens das escolas públicas e privadas, de ensino médio técnico ou técnico profissionalizante, nas metodologias *Passport to Success* (PTS) e Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e aplicou sua abordagem sistêmica para alinhar os currículos técnicos e as práticas de ensino com a demanda do mundo do trabalho para aprimorar o desenvolvimento, a formação para o trabalho e as perspectivas econômicas dos jovens de 18 a 26 anos.

Em 2023, em colaboração com a *Internacional Youth Fellowship* (IYF), os jovens tiveram a oportunidade de enriquecer seus currículos por meio da certificação Microsoft LinkedIn, escolhendo entre rotas de aprendizagem como Fundamentos para Assistentes Administrativos por Microsoft e LinkedIn ou Habilidades Interpessoais para o Trabalho. Essas rotas, com duração de 9 a 12 horas cada, abrangeram temas como gestão de tempo, Microsoft 365, comunicação eficaz, trabalho em equipe e escuta ativa, entre outros.

Público atendido: Adolescentes e jovens com idade entre 16 e 26 anos, matriculados e frequentes nos cursos de 2º e 3º ano do Ensino Médio Técnico e Ensino Técnico Subsequente das escolas parceiras do Projeto, além de professores das Escolas. Foram atendidos 404 estudantes.

Modalidade: Presencial

Abrangência territorial:

- Fortaleza (CE)
- Recife (PE)

18.1.7. Projeto JPF

O Projeto JPF é executado desde 2016, atendendo às diretrizes de Proteção Social Básica, em interface com a Proteção Social Especial, visando à promoção do protagonismo, integração social e desenvolvimento humano de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação (meio fechado) e semiliberdade (meio aberto).

O intuito do projeto foi de promover a formação de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas para o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais e profissionais, visando à qualificação para inserção dos participantes no mundo do trabalho.

Público atendido: Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em unidades de internação e casas de semiliberdade e agentes e técnicos do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. O Projeto atendeu 27 agentes e 86 adolescentes e jovens.

Modalidade: Presencial e remota

Abrangência territorial:

- Minas Gerais

18.1.8. Projeto Mais Empregabilidade – Belo Horizonte

O Projeto Mais Empregabilidade teve como objetivo capacitar adolescentes negros e pardos, egressos e candidatos de Programas de Socioaprendizagem, por meio de oficinas para o desenvolvimento de competências sociocomportamentais e profissionais configurando seu caráter de ações afirmativas. Também foi premissa deste projeto fomentar a promoção da integração ao mundo do trabalho, com proteção social e garantia de direitos, por meio do encaminhamento do público concluinte para o Programa de Socioaprendizagem.

Foram realizadas oficinas que promoveram o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, proporcionando não só a inclusão, mas também estabilidade e continuidade desses adolescentes no mundo do trabalho e o impacto na realidade social desse público.

Público atendido: Adolescentes entre 15 e 18 anos de idade, pretos e pardos, candidatos e/ou egressos dos Programas de Socioaprendizagem. Foram atendidos 201 adolescentes e jovens.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Belo Horizonte (MG) e Região Metropolitana

18.1.9. Projeto Mais Empregabilidade – São Paulo

O Projeto Mais Empregabilidade – São Paulo, objetivou capacitar adolescentes negros e pardos, egressos e candidatos de Programas de Socioaprendizagem, com idade entre 16 a 17 anos e 11 meses em situação de vulnerabilidade social, por meio de oficinas para o desenvolvimento de competências socioemocionais e profissionais e, após a conclusão, encaminhá-los a oportunidades de inclusão produtiva.

Foram realizadas oficinas que promoveram o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, proporcionando não só a inclusão, mas também estabilidade e continuidade desses adolescentes no mundo do trabalho e o impacto na realidade social desse público.

Público atendido: Foram atendidos 70 participantes, sendo adolescentes preferencialmente negros e pardos, com idade entre 16 e 17 anos e 11 meses, egressos e candidatos de Programas de Socioaprendizagem.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- São Paulo (SP).

18.1.10. Projeto Mapa da Oportunidade

O Projeto Mapa da Oportunidade ofertou atendimento a pessoas em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, com objetivo de mobilizar, capacitar e inserir os participantes no mundo do trabalho, contribuindo para a elevação da renda per capita das famílias e para o crescimento econômico e redução das desigualdades sociais.

O projeto foi inovador e ofereceu inclusão e suporte aos atendidos, por meio da realização de oficinas de formação socioemocional e profissional, proporcionado aos participantes a sua inserção e permanência no mundo do trabalho.
Público Atendido: Foram atendidos 237 jovens e adultos com idade a partir de 16 anos, em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar per capita inferior a R$ 486,00 (quatrocentos e oitenta e seis reais).

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Mogi das Cruzes e Suzano (SP)
- Aracruz e Serra (ES)

18.1.11. Projeto Operação Trabalho

O Projeto Operação Trabalho (POT) está inserido no Programa Operação Trabalho (POT), instituído pela Lei n° 13.178, de 17 de setembro de 2001, com nova redação na Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003, e teve por objetivo conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no município de São Paulo, pertencente à família de baixa renda, visando oferecer oficinas de formação socioemocional e qualificação profissional promovendo sua reinserção no mundo do trabalho.

O Projeto Operação Trabalho foi estruturado em diferentes ações, algumas voltadas especificamente para pessoas em situação de rua, outras, agregaram também o trabalhador desempregado que não se encontrava em situação de rua, com ou sem renda fixa.

Público atendido: O projeto atendeu 4.882 participantes, residentes em São Paulo/SP ou localidades próximas, sendo pessoas em situação de rua ou, ainda, que estivessem desempregadas e em situação de vulnerabilidade social.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- São Paulo (SP).

18.1.12. Projeto Qualificação

Em 2023, a Rede Cidadã desenvolveu a 5ª edição do Projeto Qualificação que surgiu do diálogo na agenda social, realizada em 2018, entre a empresa Nexa Recursos Minerais S/A, demais empresas e moradores de Igrejinha, Vila São João Batista, Jardim Cachoeira e Vila São José, que integram o Plano de Desenvolvimento Regional do município de Juiz de Fora/MG.

O objetivo do projeto foi o desenvolvimento de competências e habilidades para o mundo do trabalho por meio de oficinas de preparação socioemocional e profissional, contribuindo para a concretização e realização de suas experiências de empregabilidade e geração de renda e, consequentemente, na melhoria da qualidade de vida das famílias da comunidade do bairro de Igrejinha e região. As oficinas profissionalizantes foram realizadas em parceria com o Senai local.

Público atendido: O projeto atendeu 49 participantes, sendo estes homens e mulheres, jovens e adultos, acima dos 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, residentes na comunidade de Igrejinha.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Juiz de Fora/MG.

18.1.13. Projeto Rede Sênior

O Projeto Rede Sênior teve por finalidade o desenvolvimento de atividades que contribuíram no processo de envelhecimento longevo, saudável e autônomo da pessoa idosa, por meio da realização de oficinas de formação socioemocional e conteúdos básicos do mundo digital, visando a promoção da autonomia e do fortalecimento de vínculos sociais, valorizando os interesses e demandas individuais partindo das experiências vividas, como uma base fundamental para criar condições de escolha e decisão sobre o acesso as oportunidades.

Com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias, o projeto considerou o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, etnia, raça e entre outros.

Público atendido: Foram atendidas 201 pessoas idosas.

Modalidade: Hibrida

Abrangência Territorial:

- Belo Horizonte/ MG

18.1.14. Projeto Start

O Projeto Start é uma parceria entre empresa privada e a Rede Cidadã que, desde 2013, vem promovendo a formação profissional de jovens para o mundo do trabalho. As atividades executadas tiveram como fio condutor o reconhecimento do trabalho e da qualificação profissional como uma ação fundamental para a formação, integração, inserção e permanência de jovens nos acessos ao mundo do trabalho.

No ano de 2023, o projeto executou a formação de dois grupos na cidade de Recife/PE e um grupo em Belo Horizonte/MG. Em Belo Horizonte, a formação ofertou capacitação profissional iniciando com Desenvolvimento Socioemocional e seguindo para Letramento Digital. A formação na modalidade híbrida ocorreu por meio da plataforma virtual de aprendizagem, Academia Promover. Em Recife, o projeto ofertou aos atendidos a formação em Tecnologia – Linguagens de Programação envolvendo a utilização das tecnologias com foco na personalização das ações de ensino e de aprendizagem.

O curso de Desenvolvimento Java e Front-end foi projetado para proporcionar aos participantes uma compreensão abrangente e prática das tecnologias fundamentais para a criação de aplicações web modernas.

Público atendido: Foram atendidos 172 jovens de 18 a 29 anos, com renda máxima de um salário mínimo per capita, que concluíram o ensino médio em alguma escola da rede pública de ensino, e que não estavam inseridos no mundo do trabalho.

Modalidade: Hibrida

Abrangência Territorial:

- Belo Horizonte (MG)
- Recife (PE)

18.1.15. Projeto Trilha - Contagem

O Projeto Trilha - Contagem, em sua essência, apoiou os adolescentes no desenvolvimento de competências iniciais, necessárias para o processo de inclusão produtiva para o mundo do trabalho.

O objetivo do projeto foi a execução de oficinas de formação socioemocional e profissional por meio da Trilha - Contagem e posterior inclusão dos participantes no Programa de Socioaprendizagem da Rede Cidadã, com o intuito de promover uma inclusão produtiva dos adolescentes aliada a um processo de formação profissional e humana, aumentando as chances de empregabilidade e geração de renda.

Público atendido: Foram atendidos 213 adolescentes, com idade entre os 14 e 18 anos incompletos, priorizando a participação de adolescentes membros de famílias com renda inferior a ½ salário mínimo vigente.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Contagem (MG)

18.1.16. Projeto Trilha – São Paulo

A Rede Cidadã, por meio do Projeto Trilha – São Paulo, foi responsável por ofertar oportunidade de desenvolvimento socioemocional, com o objetivo de contribuir para inserção e permanência dos participantes no mundo do trabalho, por meio da realização de oficinas de capacitação para jovens e adultos, em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal.

Público atendido: O projeto atendeu 77 participantes, acima de 18 anos, residentes no município de São Paulo e no Grande ABC.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- São Paulo (SP).

18.1.17. Projeto Trilhar

O Projeto Trilhar ofertou oficinas de formação que promoveram o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais no âmbito profissional fomentando o fortalecimento das ações de empregabilidade, para pessoas pretas e pardas, a fim de contribuir para inserção no mundo do trabalho.

Público atendido: O projeto atendeu 30 participantes, sendo adolescentes entre 15 e 18 anos incompletos, em situação de vulnerabilidade social.

Modalidade: Presencial

Abrangência Territorial:

- Breu Branco (PA).

19. Ação de enfretamento à violência sexual

19.1.1. Projeto StandUp

O projeto “StandUP contra o assédio nas ruas” promoveu o atendimento para mulheres, grupos LGBTQ+ e minorias raciais. A finalidade das ações esteve relacionada com três dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: a Saúde e Bem-Estar, Igualdade de Gêneros e Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

O objetivo do projeto foi a promoção do empreendimento para o público supracitado, de maneira que essas pessoas pudessem se posicionar de forma mais segura quando presenciarem ou forem vítimas de situações de assédio sexual em diversos espaços.

Em sua primeira edição no país, o projeto foi executado no período de outubro a dezembro de 2021, por meio de parceria entre a Rede Cidadã, e as empresas L’Oréal (financiadora) e Right to be. A iniciativa vem sendo desenvolvida em nível internacional pela empresa L’Oréal, e no Brasil, formalizou parceria com apenas cinco organizações, dentre elas a Rede Cidadã, exatamente pela sua capilaridade e capacidade de atendimento em diversos estados e cidades e o atendimento ao público prioritário da Assistência Social, a Rede Cidadã foi reconhecida como potencial multiplicadora do método e, por isso, continuou a execução das ações em 2022.

Público atendido: Homens e mulheres, com prioridade para mulheres, LGBTQ +, minorias raciais. Foram atendidas 6.503 pessoas.

Modalidade: Remota

Abrangência territorial:

- Nacional

20. Receitas operacionais – receita das atividades

Com vistas a incentivar e ampliar a oferta da aprendizagem profissional como instrumento de inclusão da juventude no mundo do trabalho, com proteção social e garantia de direitos, a legislação passou por amplo processo de reformulação no ano 2000. De forma específica, desde então, o artigo 431 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei n.º 5.452/1943, com redação dada pela Lei n.º 10.097/2000, possibilita duas formas de contratação de aprendizes, sendo:

i) Contratação direta: é aquela por meio da qual os aprendizes são contratados e registrados em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) pelo estabelecimento cotista (pessoa jurídica – empresa, fundação, associação, organização religiosa, cooperativa) e matriculados junto à Entidade formadora. Nesta modalidade, o estabelecimento parceiro repassa à Rede Cidadã uma taxa (aporte financeiro) denominada "gestão socioeducacional e profissionalizante" para o desenvolvimento das atividades do programa e demais ações socioeducativas, sendo o responsável direto pelo cumprimento das obrigações decorrentes dos direitos trabalhistas do aprendiz;

ii) Contratação indireta: é aquela por meio da qual os aprendizes são contratados e registrados em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) pela Entidade formadora. Nesta modalidade, o estabelecimento parceiro tem a obrigação de repassar à Rede Cidadã os valores relativos às obrigações decorrentes dos direitos trabalhistas dos aprendizes, além de taxa (aporte financeiro) denominada "gestão socioeducacional, profissionalizante, trabalhista e de benefícios" para o desenvolvimento das atividades do programa e demais ações socioeducativas, sendo a Entidade, por sua vez, responsável pelos devidos repasses de direitos ao aprendiz.

Cumpre destacar que esta modalidade de contratação indireta foi idealizada pelo Ministério Público do Trabalho e que, após longo processo de discussão com a Sociedade Civil, Executivo e Legislativo, tornou-se Lei. Desde então, foi significativo o aumento de oportunidades para inclusão dos adolescentes e jovens, prioritariamente aqueles expostos a situações de vulnerabilidade social ou risco, e pessoas com deficiência.

Nesse contexto, diante da previsão legal, em 2023, a Rede Cidadã manteve parceria nas duas modalidades de contratação: direta e indireta.

No Programa de Socioaprendizagem, em 2023, a Rede Cidadã manteve parceria com 1.727 pessoas jurídicas, sendo 9 de natureza de direito público e 1.718 de natureza de direito privado, que aportaram recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades e manutenção institucional. Dessas parcerias, 1.493 estabelecimentos realizaram a contratação direta dos aprendizes e 234 estabelecimentos efetuaram a contratação indireta dos aprendizes. Nesta modalidade de contratação indireta, a Rede Cidadã recebeu os valores relativos aos direitos dos aprendizes e efetuou os devidos repasses, na forma legal.

Parceiro Público	Instrumento Jurídico
Prefeitura Municipal de Cataguases	Termo Colaboração nº 001/2022
Ministério Público do Trabalho – Pref. Brumadinho	TR 0010269-27.2020.5.03.0087
Prefeitura Municipal de Capelinha	Termo de Colaboração nº 002/2022
Prefeitura Municipal de Diamantina	Termo de Fomento nº 028/2022
Prefeitura Municipal de Barão de Cocais - SMAS	Termo de Colaboração nº 05/2022
Prefeitura Municipal de Itabira - SMAS	Termo de Fomento nº 092/2022
Prefeitura Municipal de Itabira - SMAS	Termo de Colaboração nº 090/2022
Prefeitura Municipal de Nova Lima - SMDS	Termo de Colaboração nº 008/2022
Prefeitura Municipal de Cataguases	Termo Aditivo nº 001/2022 ao Termo de Colaboração

a) Repasses de garantia de direitos dos Aprendizes (remuneração, encargos e benefícios)

Repasse de garantia de direitos dos Aprendizes, referentes às obrigações trabalhistas que englobam salários, encargos, benefícios e verbas rescisórias, receitas estas, provenientes dos parceiros do Programa de Socioaprendizagem e do Programa de Aprendizagem na modalidade a distância (EaD).

	31/12/2023	31/12/2022
Atividade de assistência social		
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis		
Contratos e Parcerias - Programa Socioaprendizagem		
Repasse garantia direitos aprendizes (remuneração, encargos e benefícios)	**31.271.667**	**26.361.268**
Programa Socioaprendizagem - Público	1.945.987	589.696
Programa Socioaprendizagem - Privado	29.325.680	25.771.572
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		
Ações de empregabilidade e geração de renda		
Contratos e Parcerias Privadas - Programa Aprendizagem (EaD)	**-**	**265.576**
Programa de Aprendizagem na modalidade a distância (EaD)	-	265.576
Total	**31.271.667**	**26.626.844**

b) Gestão do Programa Socioaprendizagem e do Programa de Aprendizagem na modalidade a distância (EaD).

As receitas denominadas “Gestão Socioeducacional, Profissionalizante, Trabalhista e de Benefícios” no Programa de Socioaprendizagem e as receitas denominadas “Gestão Profissionalizante, Trabalhista e de Benefícios” no Programa de Aprendizagem na modalidade a distância (EaD) correspondem às taxas dos respectivos programas e demais ações da Rede Cidadã.

	31/12/2023	31/12/2022
Atividade de assistência social		
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis		
Contratos e Parcerias - Programa Socioaprendizagem		
Gestão socioeducacional, profissionalizante, trabalhista e de benefícios	**23.289.237**	**18.811.084**
Programa Socioaprendizagem - Público	354.167	8.025
Programa Socioaprendizagem - Privado	22.935.070	18.803.059
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		
Ações de empregabilidade e geração de renda		
Contratos e Parcerias Privadas - Programa Aprendizagem (EaD)	**13.986**	**67.596**
Programa de Aprendizagem na modalidade a distância (EaD)	13.986	67.596
Total	**23.303.223**	**18.878.680**

Nenhum recurso teve como origem os atendidos e suas famílias, uma vez que o atendimento é ofertado de forma gratuita.

c) Convênio e doações de pessoas jurídicas (Recursos Privados)

Em 2023, a Entidade firmou parcerias com o setor privado contribuindo para o fortalecimento das ações de empregabilidade e geração de renda destinados aos atendidos pela Rede Cidadã.

	31/12/2023	31/12/2022
Atividade de assistência social		
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis		
Convênios e doações de pessoas jurídicas (Recursos Privados)	96.000	-
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		
Ações empregabilidade e geração de renda		
Convênios e doações de pessoas jurídicas (Recursos Privados)	3.574.274	2.069.293
Ações de enfrentamento da violência sexual		
Convênios e doações de pessoas jurídicas (Recursos Privados)	-	13.394
Total	**3.670.274**	**2.082.687**

21. Subvenções Governamentais Públicas e Privadas

Em 2023, a Entidade firmou 15 parcerias com o setor público por meio de Termos de Colaboração e Termos de Fomento.

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais		
Com restrição		
Atividades de assistência social		
Ações de promoção da integração ao mundo do trabalho - Ofertas certificáveis		
Subvenções Governamentais - Parcerias (Recursos Públicos)	135.092	-
Outras atividades para o desenvolvimento sustentável - Não certificáveis		
Ações de empregabilidade e geração de renda		
Subvenções Governamentais - Parcerias (Recursos Públicos)	7.019.019	10.993.599
Tota das receitas operacionais	**7.154.111**	**10.993.599**

Relação dos Termos de Colaboração e Termos de Fomento

Parceiro	Instrumento Jurídico
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Termo de Fomento nº 012022101300030000
Prefeitura Municipal de Diamantina	Termo de Fomento nº 016/2022
Prefeitura Municipal de Patrocínio	Termo de Colaboração: nº 06/2022
Prefeitura Municipal de Contagem	Termo de Fomento nº 012/2022
Prefeitura Municipal de Ouro Preto	Termo de Fomento nº 82/2022
Prefeitura Municipal de São Paulo	Termo de Fomento - Processo Nº 02131/2022
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	Termo de Fomento nº 06.2023.003
Prefeitura Municipal de Pará de Minas	Termo de Fomento nº 003/2023
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Reversão 0010537-59.2023.5.03.0028
Prefeitura Municipal de Patrocínio	Termo de Fomento nº 07/2023
Prefeitura Municipal de Guaxupé	Termo de Fomento nº 04/2023
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Termo de Fomento nº 001/2023
Prefeitura Municipal de Patrocínio	Termo de Colaboração nº 08/2023
Prefeitura Municipal de São Paulo	Termo de Fomento nº 082/2023 SMDHC/ FMPI
Prefeitura Municipal de Patos de Minas	Processo nº. 4400479-32.2023.8.13.0480

22. Custos e despesas operacionais

Os valores recebidos a título de taxa (aporte financeiro) – "Gestão Socioeducacional, Profissionalizante, Trabalhista e de Benefícios" no Programa de Socioaprendizagem e "Gestão Profissionalizante, Trabalhista e de Benefícios" no Programa de Aprendizagem na modalidade a distância (EaD) das pessoas jurídicas parceiras destinaram-se ao custeio de despesas para o desenvolvimento dos respectivos programas (ações socioassistenciais e socioeducativas), inclusive despesas administrativas.

Em síntese, os recursos financeiros cobriram custos com recursos humanos, infraestrutura, materiais e suprimentos – material de escritório, material didático-pedagógico, material de limpeza, produtos alimentícios, água, luz, telefone, internet, combustível e outros, manutenção e reparos, seguros, serviços – administrativos, contábeis, jurídicos, bem como viagens e comunicação.

a) Programa de Socio aprendizagem

	Com restrição	Sem restrição	31/12/2023
Despesas com pessoal e encargos	(2.319.313)	(38.549.316)	(40.868.629)
Despesas com serviços de terceiros	(20.012)	(10.906.923)	(10.926.935)
Despesas administrativas	(84.012)	(7.597.050)	(7.681.062)
Despesas com materiais	(9.687)	(387.533)	(397.220)
Despesas com viagens	(336)	(285.328)	(285.664)
Despesas com comunicação	(1.888)	(38.594)	(40.482)
Despesas com depreciações e amortização	-	(447.326)	(447.326)
Despesas financeiras	-	(309.032)	(309.032)
Outras despesas	-	(410.420)	(410.420)
Total	**(2.435.248)**	**(58.931.522)**	**(61.366.770)**

	Com restrição	Sem restrição	31/12/2022
Despesas com pessoal e encargos	(545.301)	(31.396.626)	(31.941.927)
Despesas com serviços de terceiros	(29.858)	(6.221.614)	(6.251.472)
Despesas administrativas	(11.506)	(4.052.132)	(4.063.638)
Despesas com materiais	(1.003)	(210.484)	(211.487)
Despesas com viagens	(1.593)	(262.390)	(263.983)
Despesas com comunicação	(2.835)	(63.423)	(66.258)
Despesas com depreciações e amortização	(5.459)	(367.784)	(373.243)
Despesas financeiras	(165)	(322.552)	(322.717)
Outras despesas	-	(3.848)	(3.848)
Total	**(597.720)**	**(42.900.853)**	**(43.498.573)**

b) Filiais/Unidades que atuaram conforme o disposto no § 1º do art. 31 da Lei Complementar n.º 187/2021; inciso I do artigo 75 do Decreto n.º 11.791/2023 e inciso I do § 5º do artigo 9º da Portaria MDS n.º 952/2023. Cataguases/MG, Varginha/MG, Viçosa/MG, e Porto Alegre/RS.

	Com restrição	Sem restrição	31/12/2023
Despesas com pessoal e encargos	(87.041)	(589.695)	(676.736)
Despesas com serviços de terceiros	(15)	(27.391)	(27.406)
Despesas administrativas	-	(123.036)	(123.036)
Despesas com materiais	(96)	(4.198)	(4.294)
Despesas com viagens	-	(548)	(548)
Despesas com comunicação	-	(273)	(273)
Despesas com tributos	-	(283)	(283)
Total	**(87.152)**	**(745.424)**	**(832.576)**

Os valores apresentados nesta tabela estão incluídos na Tabela (a) do Programa de Socioaprendizagem e são exibidos para fins de demonstração.

c) Ações de Empregabilidade e Geração de Renda (Não certificáveis) - Programa de Aprendizagem na Modalidade a Distância (EaD)

	Com restrição	Sem restrição	31/12/2023
Despesas com pessoal e encargos	-	(13.145)	(13.145)
Despesas com serviços de terceiros	-	(9)	(9)
Despesas administrativas	-	(6)	(6)
Total	**-**	**(13.160)**	**(13.160)**

Os valores apresentados nesta tabela estão incluídos na Tabela 22.1 das Ações empregabilidade e geração da renda.

22.1. Custos e despesas operacionais por programa e ação.

2023		Ofertas não certificáveis		
	Socioaprendizagem	Ações empregabilidade e geração da renda	Ações de enfrentamento da violência sexual	Total
Despesas com pessoal e encargos	(40.868.629)	(4.302.006)	-	**(45.170.635)**
Despesas com serviços de terceiros	(10.926.935)	(4.606.788)	-	**(15.533.723)**
Despesas administrativas	(7.681.062)	(1.177.152)	-	**(8.858.214)**
Despesas com materiais	(397.220)	(1.514.315)	-	**(1.911.535)**
Despesas com viagens	(285.664)	(51.240)	-	**(336.904)**
Despesas com comunicação	(40.482)	(88.188)	-	**(128.670)**
Despesas com depreciações e amortização	(447.326)	(80.986)	-	**(528.312)**
Despesa tributária	-	(6.626)	-	**(6.626)**
Despesas financeiras	(309.032)	(61.692)	-	**(370.724)**
Outras despesas	(410.420)	(40.267)	-	**(450.687)**
Total	**(61.366.770)**	**(11.929.260)**	**-**	**(73.296.030)**

2022		Ofertas não certificáveis		
	Socioaprendizagem	Ações empregabilidade e geração da renda	Ações de enfrentamento da violência sexual	Total
Despesas com pessoal e encargos	(31.941.927)	(10.190.988)	(2.538.146)	**(44.671.061)**
Despesas com serviços de terceiros	(6.251.472)	(3.368.449)	(1.383.246)	**(11.003.167)**
Despesas administrativas	(4.063.638)	(1.663.768)	(339.622)	**(6.067.028)**
Despesas com materiais	(211.487)	(610.499)	(32.300)	**(854.286)**
Despesas com viagens	(263.983)	(125.263)	(71.052)	**(460.298)**
Despesas com comunicação	(66.258)	(102.657)	(10.354)	**(179.269)**
Despesas com depreciações e amortização	(373.243)	(69.875)	(142.950)	**(586.068)**
Despesas financeiras	(322.717)	(40.605)	(60.798)	**(424.120)**
Outras despesas	(3.848)	(398)	(1.496)	**(5.742)**
Total	**(43.498.573)**	**(16.172.502)**	**(4.579.964)**	**(64.251.039)**

O valor das despesas gerais e administrativas está segregado nos programas e projetos, pois os atendimentos prestados pela Organização aos seus beneficiários são totalmente gratuitos, ou seja, todo o ativo ou conjunto de ativos é destinado exclusivamente para execução dos programas e projetos. Em 2023, a Organização revisou e atualizou seus procedimentos administrativos e contábeis inerentes aos critérios de rateio e realocação de gastos, refletindo as alocações dos custos e despesas operacionais entre os programas e projetos executados, conforme as respectivas áreas.

23. Receitas de despesas financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeira		
Rendimentos financeiros - sem restrição	3.002.329	6.271.780
Descontos financeiros	276.467	18.136
Juros e multas recebíveis	54.665	43.888
Descontos recebíveis	58.407	716
Outras receitas	-	315
Total da receita financeira	**3.391.868**	**6.334.835**
Despesas financeiras		
Anuidade de cartão de crédito	(1.220)	(712)
Descontos concedidos	(54.349)	(33.752)
Juros e multas	(29.255)	(111.829)
Rendimentos negativos aplicações financeiras	(58.767)	(103.531)
Taxas diversas	(55.729)	(53.192)
Tarifas bancárias	(110.426)	(67.180)
Total da despesa financeira	**(309.746)**	**(370.196)**
Despesas tributárias		
IPTU	(58.944)	(50.418)
IPVA/ Tx. Licenciamento/ DPVAT	(1.827)	(2.321)
IOF sobre aplicação financeira	-	(2)
IR sobre aplicação	(41)	(927)
Outros tributos	(166)	(256)
Total das despesas tributárias	**(60.978)**	**(53.924)**
Resultado financeiro	**3.021.144**	**5.910.715**

24. Doações

Eventualmente, a Entidade recebe doações que são aplicadas nas finalidades para o qual se destinam, de acordo com os objetivos institucionais.

Não foram estabelecidas restrições ou vinculações por parte dos doadores em relação às doações recebidas para custeio e patrimoniais.

A movimentação das doações durante o período pode ser assim resumida:

	31/12/2023	31/12/2022
Doações para custeio reconhecidas como receita		
Pessoas físicas	259.356	15.616
Pessoas jurídicas	366.310	135.538
Total	**625.666**	**151.154**

25. Trabalho voluntário

Registra o trabalho de voluntários, no exercício de suas funções, reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme exigência da Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Conselheiros	29.500	52.000

26. Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal

A Rede Cidadã é imune do recolhimento de tributos sobre o patrimônio, a renda e os serviços, conforme determinação do artigo 150, inciso VI e alínea "c" e seu § 4º, bem como do artigo 195, § 7º, da Constituição da República de 5 de outubro de 1988. Neste caso, não há fato gerador (nascimento da obrigação tributária), e a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional.

A Rede Cidadã é um Entidade Beneficente de Assistência Social com atuação na área de Assistência Social, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), certificada nos termos da legislação vigente.

Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) – Processo n.º 235874.0009320/2019 – Concessão deferida pela Portaria MC/SEDS/SNAS n.º 92, de 25 de junho de 2020, art. 2º, item 9, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2020 – Seção 1, com validade para o período de 26/06/2020 a 25/06/2023, prorrogada nos termos do art. 40 da Lei Complementar n.º 187, de 16 de dezembro de 2021, pela Portaria MC/SEDS/SNAS nº 49, de 9 de maio de 2022, art. 1º, item 4.678, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2022 – Seção 1, até 31/12/2024.

A Entidade é imune à obrigatoriedade de recolher as contribuições sociais, seja a contribuição patronal ao INSS (incidente sobre a folha de pagamento e contribuintes individuais), seja a Cofins (calculada com a alíquota de 3% sobre as receitas de atividade fim), nos termos da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

Os valores relativos as das contribuições sociais usufruídas em 2023 são os seguintes:

Descrição	Alíquotas	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição social - Conta Patronal	20,00%	8.510.102	7.619.548
Contribuição social - Autônomos	20,00%	3.645	3.070
Contribuição social - Terceiros	5,80%	2.467.930	2.209.669
Contribuição social - SAT	1,00%	425.505	380.977
Contribuição social - COFINS	3,00%	1.678.350	1.409.715
Total		**13.085.532**	**11.622.979**

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias;
- ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza);e
- PIS (Programa de Integração Social) - contribuição de 1% incidente sobre o montante de folha de pagamento.

27. Instrumentos financeiros

Risco de crédito: O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB). A Entidade aplica recursos apenas em certificado de depósito bancário (CDB) dos bancos, Banco do Brasil, Bradesco e SICOOB. A Entidade não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Risco comercial: O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro correrão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Entidade não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco de taxas de juros: A Entidade não possui empréstimos. Assim, não há risco de exposição a flutuações de taxas de juros no mercado para passivos onerosos, e as aplicações financeiras têm perfil conservador, possuindo pouca exposição a essa natureza de risco.

Principais instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Entidade, encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 por valores que se aproximam de seus valores justos nessas datas. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

28. Seguros

A apólice de seguro em nome da Entidade abrange basicamente o seguro de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Rede Cidadã mantém política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

29. Eventos subsequentes

A Administração da Entidade declara que, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não houve eventos subsequentes que necessitem de ajustes ou divulgações adicionais.

30. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de novembro de 2024.

Diretoria:

Ângela de Alvarenga Batista Barros
Presidente

Responsável técnico:

MP Organização Contábil
CRCMG 5444/O
Pedro Alberto de Souza
CRCMG 032.234/O-0